interesses coletivos.

O foco central de toda a atuação do cooperativismo está na defesa e satisfação dos cooperados, viabilizando seus negócios e serviços, cumprindo os compromissos da mutualidade com todo o quadro social e a comunidade onde a cooperativa atua.

A sociedade deve conhecer a nova identidade do cooperativismo, sua filosofia e doutrina – suas vantagens em termos da expansão do capital social, da distribuição da renda, das parcerias com o poder público, particularmente para o enfrentamento dos problemas sociais. Deve estar informada de seu potencial para contribuir para a harmonização mundial da economia pela valorização do capital humano e social, melhoria da qualidade de vida, respeito à ecologia e comportamento ético nos contratos e nos relacionamentos.

A mobilização da sociedade brasileira na busca da consolidação e do avanço da cooperação como modelo alternativo de desenvolvimento que dá oportunidade à inclusão social reforça a democracia e pode solucionar alguns dos grandes problemas nacionais.

Tendências do sistema

Propostas e emendas aprovadas no Rio Cooperativo reafirmam a identidade e definem melhor espaço de ação

Profissionalização, integração, fortalecimento das cooperativas e aperfeiçoamento do sistema de representação estão entre as principais propostas aprovadas no Rio Cooperativo. As 137 propostas e 40 emendas aprovadas mostram as principais preocupações das cooperativas brasileiras: profissionalização, integração, busca do mercado externo, aprimoramento das formas de representação do sistema e fortalecimento das cooperativas.

Manter a identidade

No que depender de quem participou do evento, a tão decantada "identidade cooperativa para o novo milênio" será mantida e consolidada, já que a maioria das propostas falou de integração, fortalecimento, aperfeiçoamento, democracia, unidade e cooperação, adjetivos que permeiam o cooperativismo.

Nos debates sobre diretrizes de representação, ficou clara a necessidade de manter a unidade do sistema. Uma das resoluções fala em "consolidar a integração através da nucleação regionalizada das OCEs no contexto das cinco regiões geográficas do Brasil, da estruturação dos ramos cooperativistas em âmbito estadual e nacional, na forma de conselhos especializados, e sua efetiva participação na gestão da OCB e das OCEs, bem como da obrigatoriedade do registro de todas as cooperativas existentes no país".

Mulheres e cartões

As propostas insistem na participação da mulher e dos jovens na gestão das cooperativas, na adoção de sistemas modernos de gerenciamento, reconhecendo-se nas entrelinhas que há cooperativas pequenas e que adotam administração simples ou não-profissional. Afinal, o universo cooperativo brasileiro apresenta diversidadés gritantes, com pequenas cooperativas que ainda tateiam a legalidade e grandes conglomerados que faturam milhares de dólares por dia.

Foram aprovadas algumas propostas voltadas ao fortalecimento econômico das cooperativas, como a criação de uma corretora de seguros e o lançamento de um cartão de crédito.

Experiências já adotadas por algumas cooperativas – como a adoção de programas de estímulo à fidelização de cooperantes mediante remuneração diferenciada – também constaram das propostas aprovadas.

Repetiram-se, também, pleitos constantemente dirigidos ao governo, como a liberação de recursos financeiros e revisão da política bancária que exclui as cooperativas de crédito.

Nova lei e autogestão

A nova lei do cooperativismo, cujo primeiro projeto fora apresentado há 11 anos, também mereceu atenção dos congressistas, que aprovaram resoluções como a que propugna a criação de instrumentos legais que levem o poder público a reconhecer definitivamente o valor efetivo e a forma econômica do cooperativismo; que os atos cooperativistas não sejam tratados como operações de mercado, com incidência de tributos, o que contraria a Constituição.

A autogestão do sistema cooperativista foi destacada. Deseja-se implantar um sistema que detecte, com antecedência, futuros problemas de gestão das cooperativas, permitindo a correção dos erros a tempo de salvar as empresas.

Esse sistema, implantado pioneiramente no Paraná, pela Ocepar, acompanha o desempenho econômico e financeiro das cooperativas ao longo dos anos, e as compara com diferentes empresas, mostrando suas tendências e apontando os pontos negativos e positivos da administração. O programa vem sendo implantado, através de uma parceria entre a Ocepar e a OCB, em vários estados, o que deverá ser acentuado nos próximos anos.

As 137 propostas e 40 emendas aprovadas mostram claramente a preocupação das cooperativas brasileiras: profissionalização, integração, busca do mercado externo, aprimoramento do sistema de representação do sistema e fortalecimento das cooperativas.

Selo de qualidade

Grande é a diversidade do sistema cooperativista. As contribuições em vários setores mostraram que os dirigentes presentes ao congresso estão preocupados com a melhoria da eficiência de suas empresas. Confirma isso a aprovação, entre as propostas, do selo de qualidade para as cooperativas – um diferencial no mercado através de melhoria da qualidade dos produtos e serviços.

O item fortalecimento econômico das sociedades cooperativistas teve sete emendas aprovadas, após rápido debate. Foram apresentadas somente 10 emendas às 39 propostas originais; duas foram rejeitadas e uma teve insuficiência de assinaturas. Noventa e oito delegados participaram da votação.

Propostas aprovadas

Das sete propostas aprovadas, duas eram novas. A primeira, falava da criação de um plano de saúde envolvendo os ramos cooperativos afins (Unimed, Uniodonto), para assistir os cooperados e dependentes dos demais segmentos cooperativos.

A outra defendia a implantação de programas de fortalecimento, modernização e expansão do sistema financeiro cooperativo, através de apoio dos bancos cooperativos e suas centrais, da representatividade das cooperativas de crédito ligadas à Confebrás e do apoio e disseminação do sistema cooperativo de crédito em todas as regiões do país.

Durante a fase preparatória (seminários estaduais) 559 propostas apresentadas referiam-se ao fortalecimento da economia do sistema.

Sintetizadas pela comissão de temática da OCB, foram reduzidas a 39, englobadas em seis tópicos: novas oportunidades de negócios; modelos de capitalização das cooperativas; o crédito no fortalecimento econômico do sistema cooperativista; consolidação econômica do cooperativismo: fusões, incorporações e parcerias; revitalização econômica das cooperativas e efeitos da globalização no cooperativismo.

A seção foi coordenada por Roberto Coelho da Silva, da Ocern, que teve como relator José Abel Alcanfôr Ximenes, (Unimed-GO/TO). José Roberto Ricken, da Ocepar, foi o assessor técnico, e Geraldo Magela Couto, da Unicred, o supervisor.

Enfoque jurídico

Coordenadas pelo presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg), Alfeu Silva Mendes, as discussões em torno do enfoque jurídico das sociedades cooperativas envolveram aproximadamente 100 delegados, que apresentaram nove emendas.

A emenda proposta, de redução do número mínimo de pessoas para se constituir uma cooperativa de 20 para sete, já havia sido aprovada nas plenárias das OCEs mas não conseguiu votos suficientes para se manter e foi retirada do documento, prevalecendo o número anterior. A manutenção da estabilidade empregatícia do dirigente também permaneceu inalterada.

Relacionamento político e institucional

Envolvem basicamente as funções das Frencoops, sua formação e operacionalização; a organização da defesa política, institucional e legislativa; o poder público e o sistema cooperativo. Poucas emendas foram apresentadas (apenas cinco), todas aprovadas. Os debatedores deste subtema gostaram das propostas originais contidas no manual do XII CBC, entendendo que as Frencoops têm prestado um bom trabalho ao sistema, por isso a necessidade de ampliá-las para todos os estados.

As novas propostas aprovadas na plenária do XII CBC foram:

- promover gestões políticas para que a OCB seja inserida no Codefat, permitindo às representações do ramo trabalho das OCEs;
- participar como membros efetivos nas comissões estaduais de trabalho;
- instituir conselhos paritários cooperativistas nos municípios e nos estados;
- pleitear vagas no conselho de vogais das juntas e nos conselhos deliberativos e/ou administrativos dos programas/projetos desenvolvidos pelos governos federal, estadual e municipal e de empresas concessionárias de serviços públicos que atinjam as cooperativas e/ou cooperados.

Reforçar o marketing

As 12 emendas apresentadas foram aprovadas e quatro delas são inéditas. A maior preocupação dos delegados é o fortalecimento da imagem do cooperativismo perante a opinião pública. Um congressista frisou que no XI CBC, em Brasília, o marketing institucional da OCB foi bastante cobrado. Ficou na retórica e não saiu do papel. Agora é preciso estipular um prazo para a implementação dessa idéia.

Outra necessidade observada pelos participantes diz respeito à educação cooperativista. O MEC deve reconhecer e incentivar o ensino do sistema nas escolas.

As quatro novas propostas acatadas estabelecem:

- cumprir o que prescreve o subtema 6 com um prazo máximo de 12 meses para sua total implantação, com distribuição de material aprovado no Congresso a todas as cooperativas;
- criar um conselho editorial para avaliar as publicações que teriam certificações técnicas da OCB;
- para o registro de cooperativas, as OCEs/Sescoop devem introduzir o pré-requisito de que os sócios fundadores participem, no mínimo, de um curso básico de cooperativismo, para que se tornem agentes multiplicadores da doutrina e filosofia cooperativista;
- estimular a parceria com as cooperativas existentes na área de marketing, como cooperativas de marketing, comunicação e publicidade, cooperativas de vendedores, e assim por diante.

As propostas debatidas e aprovadas dentro do subtema 6 pelos 79 delegados que compareceram à seção incluem três temas: sobre novas formas de educação e capacitação; sobre centros de formação e educação profissional; sobre comunicação, educação e marketing do sistema cooperativo.

